Comunicados do Ipea

Nº 134

Evolução da parcela do rendimento do trabalho durante a recente estabilidade monetária

8 de fevereiro de 2012

ipea
Por um Brasil desenvolvido

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, substituto
Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Vanessa Petrelli de Correa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Francisco de Assis Costa

Diretor de Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete
Fábio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
Daniel Castro

URL: http://www.ipea.gov.br
Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria

Comunicados do Ipea

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados* da Presidência e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do **Ipea**.

1. Apresentação

Este Comunicado tem como objetivo analisar o comportamento da parcela do rendimento do trabalho na renda nacional em três momentos distintos, nos anos de 1995, 2002 e 2009, tendo por referência o período recente da estabilização monetária, que resultou da implantação do Plano Real, em 1994. Além das informações de âmbito nacional, considera-se também a situação tanto nas grandes regiões geográficas como nos estados da federação brasileira.

A distribuição funcional da renda nacional estabelece o peso relativo do conjunto dos rendimentos do trabalho no total do Produto Interno Bruto. Assim, a parcela do rendimento do trabalho indica o quanto da renda nacional é absorvida por todos aqueles que exercem as mais diversas atividades laborais assalariadas.

As análises aqui apresentadas resultam da sistematização de informações primárias geradas pelo IBGE, por meio das Contas Nacionais e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Além disso, destaca-se que a realização do presente Comunicado, que antecipa parte dos resultados decorrente de estudos em desenvolvimento, contou com a participação de um coletivo de servidores do Ipea[1].

2. Parcela do rendimento do trabalho

Desde a estabilização monetária alcançada pelo Plano Real, a participação do conjunto dos rendimentos do trabalho na renda nacional apresentou dois comportamentos distintos. Entre 1995 e 2002, a participação do rendimento do trabalho decresceu 11,8%, pois passou de 48% da renda nacional para 42,4%.

Gráfico 1 – Brasil: evolução da participação do rendimento do trabalho na renda nacional (em %)

Fonte: IBGE – Contas nacionais e Pnad (Elaboração IPEA)

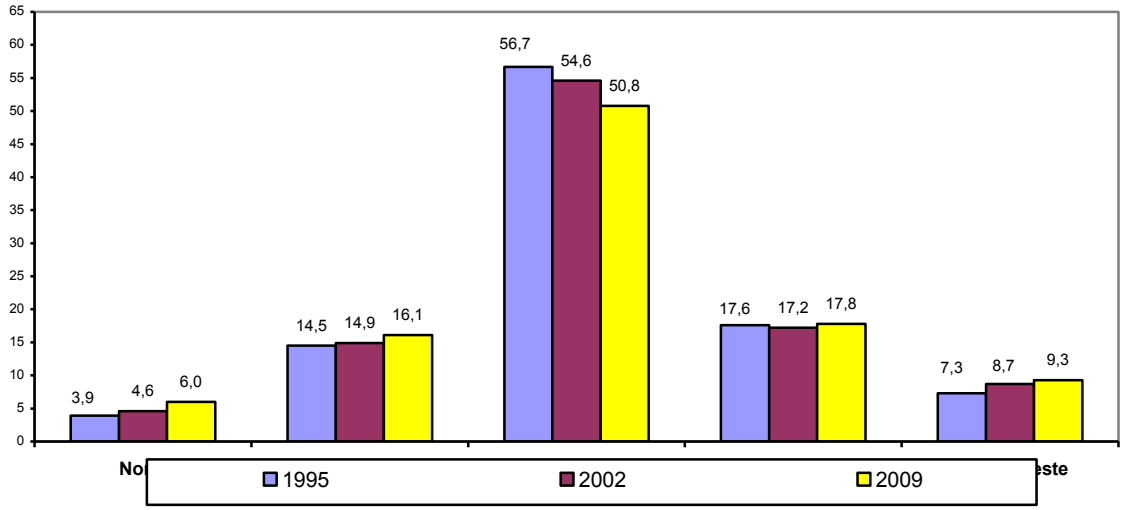
No período seguinte (2002 – 2009), a participação do rendimento do trabalho cresceu 2,5%. O rendimento do trabalho que representava 42,4% ascendeu para 43,4% de toda a renda nacional. Segundo análise desenvolvida anteriormente pelo Ipea[2], esse fenômeno constitui um padrão que tem combinado o crescimento da renda per capita do trabalho com a diminuição das desigualdades distributivas nessa renda. Apesar desta recuperação, a participação do rendimento do trabalho na renda nacional encontra-se ainda 9,6% abaixo do que observado em 1995, início da recente estabilização monetária no Brasil.

3. Evolução da parcela do rendimento do trabalho nas grandes regiões geográficas

A evolução da parcela salarial no Brasil também registrou trajetórias distintas entre as grandes regiões geográficas durante o período da estabilização monetária. No ano de 2009, por exemplo, as regiões Norte (6,0%) e Centro-Oeste (9,3%) apresentaram os menores indicadores de contribuição na parcela nacional do rendimento do trabalho, enquanto as regiões Sudeste (50,8%) e Sul (17,8%) registraram os maiores índices de participação relativa.

Além disso, nota-se que a distância entre a presença das grandes regiões geográficas na parcela nacional do rendimento do trabalho do país reduziu-se ao longo do período de estabilização monetária. Em 2009, a distância que separava as duas regiões com maior a (Sudeste) e a menor (Norte) participação relativa na parcela nacional do rendimento do trabalho foi de 8,5 vezes, enquanto em 1995 era de 14,5 vezes. Ou seja, uma queda de 41,4%.

Gráfico 2 – Grandes regiões geográficas: evolução da parcela do rendimento do trabalho na renda nacional (em %)

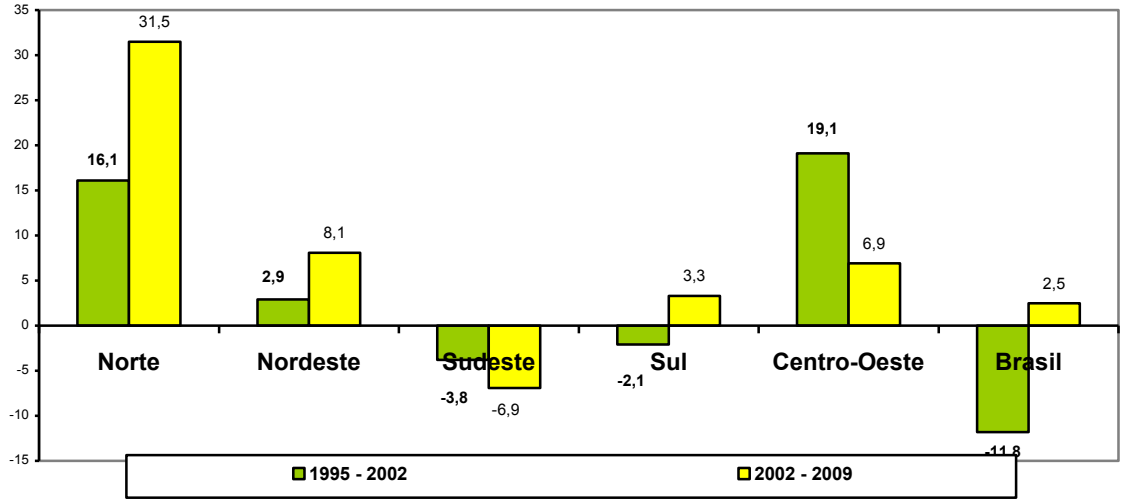


Fonte: IBGE – Contas nacionais e Pnad (Elaboração IPEA)

A redução no grau de participação regional na parcela do rendimento do trabalho na renda nacional deveu-se fundamentalmente ao comportamento distinto das grandes regiões geográficas entre 1995 e 2009. Durante os anos de 1995 e 2002, por exemplo, as regiões Sul (-2,1%) e Sudeste (-3,8%) registraram quedas importantes na participação nacional na parcela do rendimento do trabalho, enquanto as demais aumentaram positivamente, como nos casos das regiões Norte (16,1%) e Centro-Oeste (19,1%).

No período subsequente (2002 – 2009), somente a região Sudeste (-6,9%) continuou a perder participação relativa na parcela do rendimento do trabalho na renda nacional. A redução terminou sendo ainda maior do que a verificada nos anos anteriores (1995 – 2002). As demais regiões geográficas apresentaram elevações significativas, sobretudo no Norte (31,5%) e Nordeste (8,1%).

Gráfico 3 – Grandes regiões geográficas: variação na parcela do rendimento do trabalho na renda nacional (em %)



Fonte: IBGE – Contas nacionais e Pnads (Elaboração IPEA)

Apesar disso, a região Sudeste segue ainda respondendo pela metade de toda parcela do rendimento do trabalho na renda nacional. Se adicionar o peso relativo do Sul ao do Sudeste, constata-se que mais de 2/3 de toda a parcela nacional do rendimento do trabalho encontra-se localizada em apenas duas grandes regiões geográficas brasileiras.

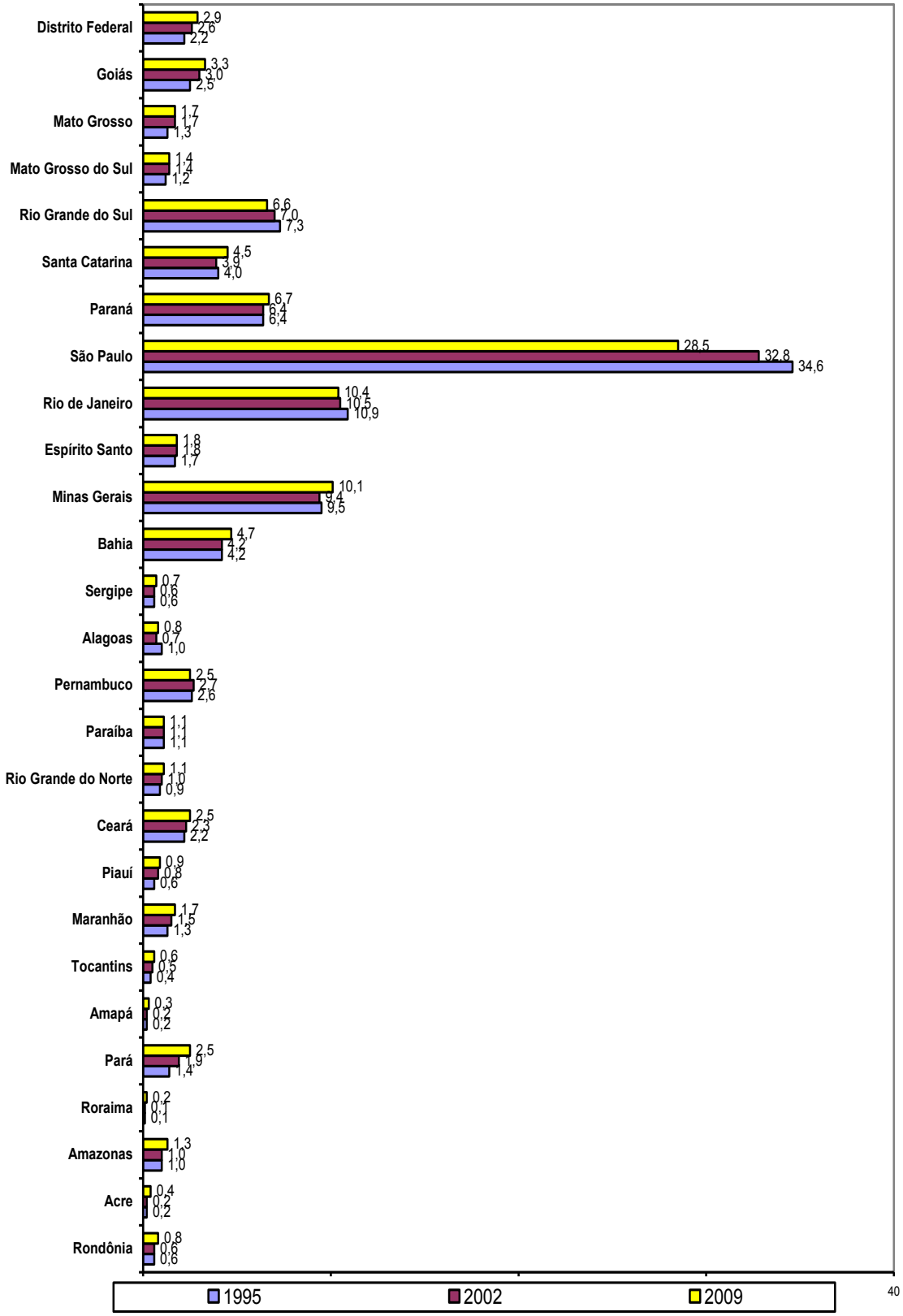
4. Evolução da parcela do rendimento do trabalho nos estados da federação

Para os estados da federação, a evolução da contribuição para a parcela do rendimento do trabalho na renda nacional apresentou-se ainda mais diversa desde o ano de 1995. Constata-se que estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul continuamente perderam participação relativa para os anos considerados.

No outro extremo, percebe-se que estados como Ceará, Rio Grande do Norte, Pará, Maranhão, Piauí, Tocantins, Goiás e Distrito Federal registraram crescimento contínuo na participação do rendimento do trabalho na renda nacional durante os anos selecionados. Já os demais estados da federação apresentaram situações descontínuas. Ou seja, estados como Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul aumentaram o peso relativo na parcela nacional do rendimento do trabalho entre 1995 e 2002 e estabilizaram em 2009.

Outros estados, como Rondônia, Bahia, Amapá, Acre, Amazonas, Roraima e Paraná que somente cresceram a participação relatina na parcela nacional do rendimento do trabalho em 2009. No período anterior, mantiveram estabilizadas suas posições relativas.

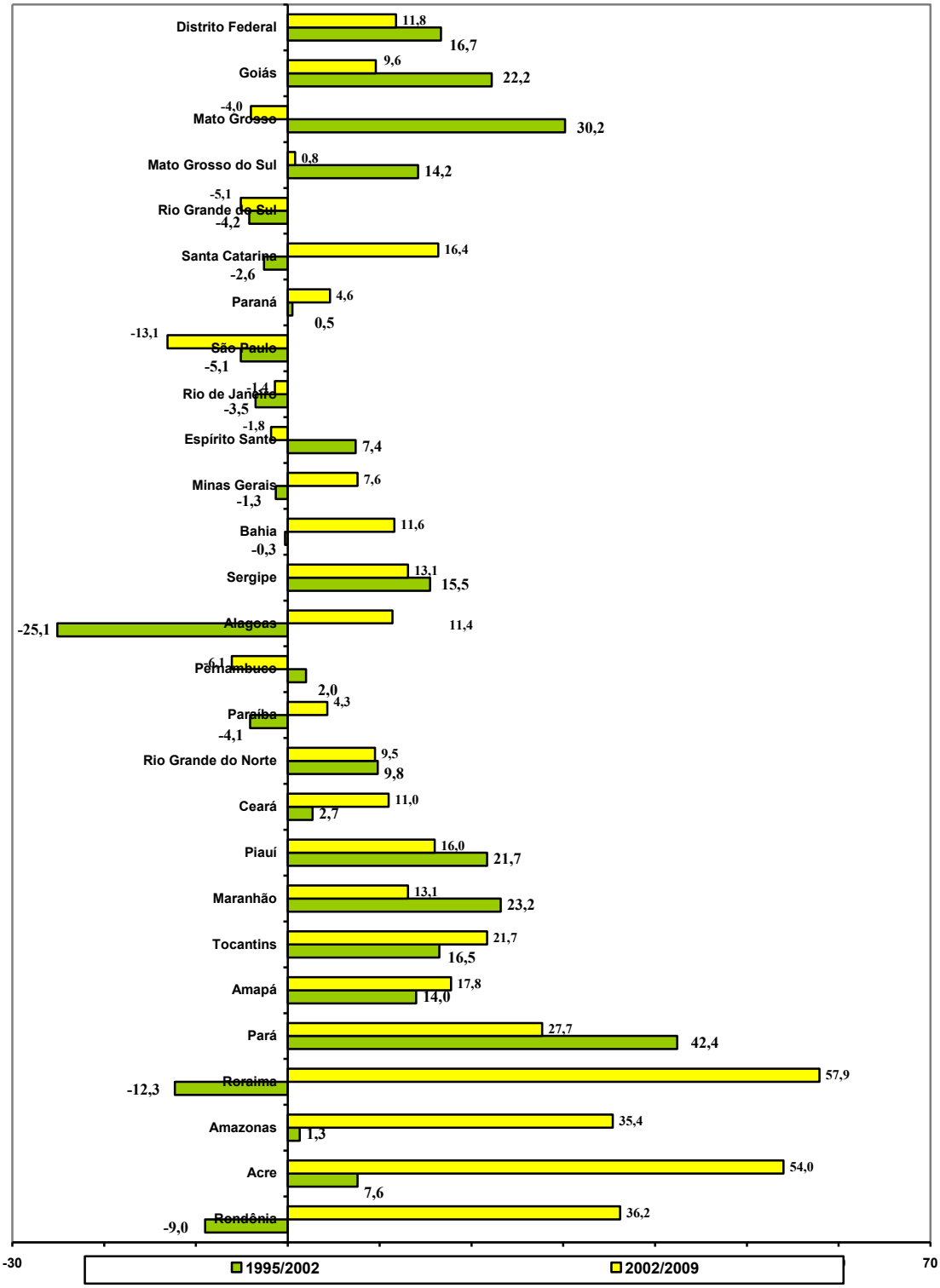
Gráfico 4 – Estados da federação: evolução da parcela do rendimento do trabalho na renda nacional (em %)



Fonte: IBGE – Contas nacionais e Pnad (Elaboração IPEA)

Ainda se pode destacar a situação de estados como Santa Catarina, Minas Gerais e Alagoas que após queda voltaram a crescer no período recente a participação relativa no rendimento do trabalho. Somente a Paraíba manteve a situação relativa inalterada.

Gráfico 5 – Estados da federação: variação na participação do rendimento do trabalho na renda nacional (em %)



Fonte: IBGE – Censos demográficos (Elaboração IPEA)

O resultado da situação tão diversa na contribuição relativa de cada estado na parcela nacional do rendimento do trabalho foi variações acumuladas diferenciadas. Entre os anos de 2002 e 2009, os estados de Roraima (57,9%), Acre (54%), Rondônia (36,2%) e Amazonas registraram os maiores crescimentos relativos na participação do rendimento do trabalho. O contrário ocorreu nos estados de São Paulo (13,1%), Pernambuco (6,1%), Rio Grande do Sul (5,1%), Mato Grosso (4%), Espírito Santo (1,8%) e Rio de Janeiro (1,4%).

Nos anos de 1995 e 2002, os estados do Pará (42,4%), Mato Grosso (30,2%) e Goiás (22,2%) foram os que mais ampliaram suas posições relativas no rendimento do trabalho na renda nacional. Em contrapartida, Alagoas (25,1%), Roraima (12,3%) e Rondônia (9%) registram as maiores quedas relativas.

5. Considerações Finais

Apesar da recuperação observada entre 2002-2009, o resultado de 14 anos de estabilidade monetária (1995 a 2009) ainda expressa uma reduzida participação do rendimento do trabalho na renda nacional. No ano de 2009, a parcela do rendimento do trabalho encontra-se 9,6% inferior à verificada em 1995.

Entre 1995 e 2002, o peso relativo do rendimento do trabalho na renda nacional decaiu 11,8%, enquanto 2002 e 2009 houve acréscimo de 2,5%. Ademais, a trajetória de queda na parcela do rendimento do trabalho na renda nacional apresentou-se distinta entre os estados da federação e, por consequência, entre as grandes regiões geográficas brasileiras.

O Sudeste foi a grande região que decresceu continuamente sua participação na renda do trabalho, enquanto as demais melhoraram as suas posições relativas na parcela nacional do rendimento do trabalho durante a estabilização monetária. Com isso, a diferença que separa a posição relativa de cada grande região reduziu-se, embora sozinha a região Sudeste representasse, em 2009, um pouco mais da metade de toda a participação relativa do rendimento do trabalho na renda nacional. Nesse mesmo sentido, o estado de São Paulo perdeu acumuladamente 18,9% em sua participação

relativa no rendimento do trabalho. Sozinho, o estado de São Paulo respondeu, em 2009, por 28,5% de toda a parcela da renda laboral do país.

Notas

[1]Este documento contou com a assistência e colaboração, pela Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) de Miguel Bruno e, pela Assessoria Técnica da Presidência do Ipea, de Luciana Acioly, André Calixtre e Richard Santos além da assistência da Assessoria de Comunicação do Ipea (Ascom).

[2]Ver IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Natureza e dinâmica das mudanças recentes na renda e na estrutura ocupacional brasileiras. Comunicado do Ipea n° 104. Brasília: Ipea. 2011.

Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República